

Testemunho ficcional e registro histórico: conexões possíveis entre História Oral, Literatura e Teoria da História em "O Conto da Aia" (1985)

Danielle Santos Dornelles¹

Resumo

Este trabalho busca investigar as intersecções possíveis entre História Oral, Literatura e Teoria da História, a partir do epílogo do romance distópico *O Conto da Aia* (Margaret Atwood, 1985), intitulado "Notas Históricas Sobre o Conto da Aia". No epílogo do livro, a autora remonta a transcrição parcial das atas do 12º Congresso sobre Estudos Gileadeanos, realizado durante a Convenção da Associação Histórica Internacional no ano de 2195. As "Notas Históricas" são apresentadas por dois professores do sexo masculino, Pieixoto e Wade. É apenas neste momento que se descobre que todo o relato de Offred, lido anteriormente, é fruto do processo de transcrição e montagem da narrativa realizado pelos professores a partir de fitas cassete encontradas na "Rota Clandestina Feminina", localizada na região que correspondia ao antigo estado do Maine, nos EUA. Os professores interpretam, selecionam e hierarquizam suas fontes, revelando vieses de gênero, misoginia e imposição de critérios de relevância que refletem práticas historiográficas tradicionais. Podemos analisar este epílogo a partir de chaves como os regimes de historicidade (Hartog, 2017), a crítica ao positivismo histórico e ao "veto das fontes" (Koselleck, 2006), e discussões sobre a exclusão de mulheres da produção historiográfica (Oliveira, 2018, 2019). Este trabalho busca argumentar como a ficção de Margaret Atwood pode ser interpretada como uma literatura de testemunho ficcional, atuando como recurso metodológico para refletir sobre História Oral, seus limites e contradições da escrita histórica e evidenciando como narrativas literárias podem revelar, ou não, experiências silenciadas e desafiar a autoridade dos discursos historiográficos tradicionais. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2006, p. 373), a literatura de testemunho transcende sua classificação como um gênero literário, pois emerge como uma faceta da literatura contemporânea em um período marcado por desastres e crises. Nessa perspectiva, a literatura de testemunho questiona o compromisso da própria literatura com o "real", entendido não como realidade objetiva, mas como evento traumático que resiste à representação, na chave freudiana do trauma (Seligmann-Silva, 2006, p. 373). Essa perspectiva nos convida a olhar para narrativas ficcionais como registros históricos, capazes de revelar memórias e experiências de diferentes tempos muitas vezes "esquecidas" por quem faz, registra e organiza o cânone. Ao considerarmos as vozes ficcionais da obra de Atwood como testemunhos de diferentes tempos, este trabalho busca compreender como a construção histórica não se limita a registros oficiais, mas envolve também um olhar crítico sobre os limites da historiografia tradicional e sobre a complexa relação entre memória, história e narrativa.

Palavras-chave

Teoria da História; Distopia; Literatura;

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), bolsista PROMOP. Mestra em História (2023) pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), graduada (Bacharel e Licenciada) pela mesma instituição (2017).

Introdução

O presente trabalho busca investigar as intersecções possíveis entre História Oral, Literatura e Teoria da História, a partir do epílogo do romance distópico *O Conto da Aia* (Margaret Atwood, 1985), intitulado "Notas Históricas Sobre o Conto da Aia". O romance distópico aqui analisado, é escrito pela autora canadense Margaret Atwood e publicado em 1985. A história é ambientada em uma sociedade totalitária chamada República de Gilead, que substituiu os Estados Unidos da América na ocasião de um golpe teocrático-evangélico. Narrado por Offred, uma das "Aias" (mulheres férteis designadas para procriar com os líderes da elite) a narrativa se desenrola entre passado e presente, onde ela descreve a vida em Gilead. Nessa sociedade, os valores religiosos extremistas substituíram a democracia e os direitos civis. As mulheres são classificadas em diferentes castas com funções específicas, no caso das aias, elas são obrigadas a usar roupas vermelhas distintivas, cobrir seus corpos e enfrentar punições severas por qualquer desobediência. Offred é controlada e vigiada constantemente, não tem permissão para ter contato com o mundo exterior e é submetida a cerimônias mensais de reprodução com o Comandante.

A organização da obra é feita pela divisão de duas partes: a primeira, possui de quinze seções e quarenta e seis capítulos, essas seções possuem títulos ligados ao cotidiano doméstico de Offred, a narradora, que varia entre as memórias do cotidiano e lembranças do tempo anterior; a segunda e última parte da obra, o epílogo, se trata das "Notas Históricas". No epílogo, encontramos "a transcrição parcial das atas do Décimo Segundo Simpósio sobre Estudos Gileadeanos, realizado como parte da Convenção da Associação Histórica Internacional" em junho de 2195 (Atwood, 2017, p. 351).

Notas Históricas sobre o Conto da Aia

As "Notas Históricas sobre o Conto da Aia" são apresentadas por dois professores do sexo masculino, Pieixoto e Wade. É neste momento que o leitor descobre que todo o relato de Offred lido anteriormente é fruto do processo de transcrição e montagem da narrativa, feita pelos professores, a partir de fitas cassete encontradas na "Rota Clandestina Feminina", no antigo estado do Maine, EUA. As transcrições e a ordem dos relatos transcritos foram feitas pelos mesmos, sendo intitulado por eles de *The Handmaid's Tale*, de forma bastante machista fazendo paralelos entre a palavra *tail*, rabo em inglês e *tale*, conto.

O sobrescrito O conto da aia foi anexado a ele pelo professor Wade, sendo conto, tale, em parte uma homenagem ao grande Geoffrey Chaucer; mas aqueles dentre os senhores que conhecem o professor Wade informalmente, como eu, compreenderão quando digo que tenho certeza de que todos trocadilhos foram intencionais, especialmente aquele que diz respeito ao

significado vulgar arcaico da palavra rabo, tail, este último sendo, em certa medida, por assim dizer, o pomo da discórdia naquela fase da sociedade de Gilead de que trata a nossa saga. (Risos, aplausos.) Por esse motivo, nossa associação mantém um interesse em particular no objeto (Atwood 2017, p. 353).

No prefácio para nova edição da obra, em 2017, Margaret Atwood explica que utiliza o formato de uma literatura de testemunho. Segundo a autora, a protagonista, Offred, registra sua história da melhor maneira possível, escondendo-a com a esperança de que, eventualmente, alguém livre possa encontrá-la, compreendê-la e compartilhá-la. Isso se torna um ato de esperança, pois toda história registrada pressupõe a existência de um leitor futuro. Para Seligmann-Silva (2003, p. 373), a literatura de testemunho transcende sua classificação como um gênero literário, pois emerge como uma faceta da literatura contemporânea em um período marcado por desastres e crises. É importante ressaltar que o conceito de "real" não deve ser confundido com a noção de "realidade" tal como concebida pelo romance realista e naturalista. Neste contexto, “o ‘real’ que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann-Silva, 2006, p. 373.).

No epílogo, Atwood nos descreve como os professores Wade e Pieixoto, lidam com as fitas encontradas, Primeiro, questionam a veracidade da fonte, se podem ser falsificações, se não passam de “exagero”.

Depois de termos a transcrição em mãos - e tivemos que refazê-la e revisá-la várias vezes, devido a dificuldades criadas por sotaque, referências obscuras e arcaísmos-, tivemos que tomar algumas decisões quanto à natureza do material que havíamos tão laboriosamente adquirido. Várias possibilidades nos confrontaram. Primeira, as fitas poderiam ser uma falsificação. (...) Aqui, peço licença para fazer um aparte editorial, permitam-me dizer que, em minha opinião devemos ser cautelosos ao fazer um julgamento moral sobre a sociedade gileadeana. Sem dúvida já aprendemos a esta altura que tais julgamentos são por necessidade específicos de cultura. Além disso, a sociedade gileadeana estava submetida a grandes pressões de caráter demográfico e outros, e estava sujeita a fatores dos quais nós felizmente estamos mais livres. Nosso trabalho não é censurar e sim compreender (Aplausos.) (Atwood, 2017, p. 354).

Em seguida, fazem indagações, relativizam o contexto histórico violento daquela sociedade totalitária e misógina, além de condenar a “superficialidade” da fonte que têm em mãos e o quanto elas poderiam ser mais “úteis”, se a testemunha tivesse falado de outros assuntos.

Este foi o resultado de nossas conjecturas e deduções. Supondo que esteja correto, isto é, supondo que Waterford tenha sido de fato o ‘Comandante’, muitas lacunas permanecem. Algumas delas poderiam ter sido preenchidas por nossa autora anônima, tivesse ela tido outra maneira de pensar. Poderia ter nos contado muito sobre o funcionamento do império de Gilead, se tivesse tido os instintos de uma repórter ou de uma espiã. O que não daríamos, agora, por até mesmo vinte páginas impressas tiradas do computador particular de

Waterford? Contudo devemos ser gratos por quaisquer migalhas que a Deusa da História tenha se dignado a nos conceder (Atwood, 2017, p. 364).

Crítica da História

De acordo com a perspectiva desenvolvida e explorada na dissertação de mestrado de Dornelles (2023), a figura do historiador é compreendida como um agente ativo na produção do sentido histórico, cuja atuação envolve escolhas, mediações e julgamentos. Essa leitura dialoga diretamente com a formulação de Koselleck, segundo a qual o historiador sempre desempenhou um papel produtivo, seja como artista ou como juiz moral, ainda que frequentemente tensionado pela função de simples receptor das fontes (Koselleck, 2006, p. 166). Ao observar a narrativa do epílogo da obra analisada, essa afirmação se apresenta como uma chave interpretativa possível. Longe de ocuparem uma posição neutra, os professores Pieixoto e Wade reorganizam as fitas encontradas segundo seus próprios critérios, assumindo o papel de juízes morais da história de Offred e recusando-lhe o reconhecimento pleno enquanto fonte histórica legítima.

Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. Datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isso pode ser descoberto por meio da crítica de fontes. As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer. Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que estas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível. Assim, partidarismo e objetividade delimitam-se de uma nova maneira no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre história e a crítica de fontes. Uma é completamente inútil sem a outra (Koselleck, 2006, p. 188).

Nesse percurso, ganha centralidade a noção de veto das fontes, amplamente discutida por Koselleck e explorada na dissertação. Para o autor, o conhecimento histórico ultrapassa aquilo que é diretamente extraído das fontes, uma vez que elas podem anteceder a investigação, ser descobertas ao longo da pesquisa ou mesmo desaparecer (Koselleck, 2006, p. 186). Diante disso, o historiador se vê compelido a assumir riscos ao formular suas proposições. Contudo, o limite da compreensão histórica não se explica apenas pela falta ou pelo excesso de vestígios, mas pelo fato de que todo traço convertido em fonte remete a uma história que é sempre algo diferente e nunca idêntica ao próprio vestígio (Koselleck, 2006, p. 186). Caso houvesse essa identidade plena, a história já estaria dada e não precisaria ser buscada.

Assim, embora as fontes não sejam capazes de dizer aquilo que cabe ao historiador formular, elas exercem uma função limitadora fundamental. Seu poder de veto impede interpretações insustentáveis, barrando erros factuais, justificativas falsas ou análises

equivocadas, passíveis de serem identificadas pela crítica documental (Koselleck, 2006, p. 188). As fontes, portanto, não indicam o que deve ser dito, mas delimitam aquilo que não pode ser afirmado. Para que possam efetivamente “falar”, torna-se necessária uma teoria da história possível, na qual pensamento teórico e crítica de fontes se articulam em tensão produtiva, sendo um insuficiente sem o outro (Koselleck, 2006, p. 188).

Essas reflexões se articulam, como desenvolvido na dissertação de Dornelles (2023), com a compreensão de Margaret Atwood acerca do ato de narrar. Em sua fala na palestra “Fronteiras do Pensamento”, a autora afirma que contar histórias é uma atividade essencial da experiência humana, exercida de forma mais aprofundada pelos escritores profissionais (Atwood, 2021). Já Isabela Gomes Parucker (2018) chama atenção para a estratégia narrativa que apresenta a história de Offred em primeira pessoa, marcada pela subjetividade da experiência vivida, e que, em seguida, a desloca de forma brusca para um discurso acadêmico que se pretende distante, neutro e imparcial. Esse movimento convida o leitor a refletir sobre como as narrativas são construídas e sobre os processos de interpretação, contextualização e historicização que lhes dão forma. Ao mesmo tempo, suscita uma questão ética no campo do fazer historiográfico, ao mostrar que a experiência traumática de dor e violência de Offred, quando transformada em história por Pieixoto, converte-se também em objeto de contemplação, em um discurso que tende a silenciar ou atenuar a explicitação dessa vivência (Parucker, 2018, p. 117).

Em consonância com essa ideia, Hartog analisa, por meio dos regimes de historicidade, as formas literárias de expressão da experiência temporal que lograram, de maneira mais eficiente do que a própria historiografia, capturar e encenar a simultaneidade do não simultâneo (Dornelles; Bonaldo, 2022, p. 26). Para Hartog, a crença na história e a crença na literatura se desenvolveram conjuntamente, alcançando seu triunfo de forma articulada na modernidade (Hartog, 2017, p. 127). Pensando na citação de Isabela Parucker e no que nos diz Hartog, será possível entender o epílogo e a análise feita pelos professores Wade e Pieixoto no epílogo como uma ironia de Atwood?

Será possível pensar como um resquício longínquo da busca incessante do positivismo pela verdade através de vestígios com detalhes coerentes? Teriam os professores negado uma credibilidade à fonte encontrada por eles mesmos não acharem “relevante” seu cotidiano enquanto mulher assim interpretando como se fosse um “veto das fontes”? Teriam sido os professores misóginos e machistas ao destacarem a obra e a catalogarem com a naturalização de uma “piada” machista? O que nos dizem as críticas a um fazer historiográfico excludente?

No campo do saber histórico, apesar da diversidade de perspectivas existentes, a história intelectual tende a não incorporar o gênero ou, ao menos, a não atribuir a essa categoria um papel analítico relevante em suas investigações. Tal omissão acaba por sustentar, de forma recorrente, a invisibilização das mulheres enquanto intelectuais, bem como a posição marginal ocupada por obras de autoria feminina, ou de outras autorias dissidentes, que raramente são reconhecidas como objetos legítimos de estudo nesse domínio (Oliveira, 2019, p. 55).

De modo convergente, Julie Cruikshank, no capítulo “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões” presente na coletânea *Usos & Abusos da História Oral* (2006) evidencia que, no século XIX, a abordagem dos folcloristas europeus em relação às narrativas orais também se estruturava a partir de pressupostos hierarquizantes. Ao tratar os relatos orais como artefatos estáticos, remanescentes de um passado “congelado”, esses estudiosos negavam sua complexidade intelectual e seu caráter histórico vivo. Mesmo quando reconheciam alguma dimensão intelectual nessas narrativas, faziam-no sob o enquadramento limitador de uma proto-ciência ou proto-religião, frequentemente atravessado por concepções evolucionistas e, em alguns casos, por leituras racistas do chamado “pensamento primitivo” (Cruikshank, 2006, p.151-152). A partir do entrelaçamento das ideias dessas autoras, é possível perceber que tanto a história intelectual quanto as primeiras abordagens da história oral compartilharam modos de exclusão que restringiram o reconhecimento de determinados sujeitos, saberes e formas de produção de conhecimento. Em ambos os casos, o que está em jogo é a definição dos critérios que legitimam o que conta como pensamento, como intelectualidade e como história.

Esse epílogo foi escolhido como objeto porque ele tensiona, de forma deliberada, questões fundamentais da escrita da história: os modos pelos quais fontes são construídas e interpretadas, as disputas em torno da autoridade do historiador, os mediadores que intervêm entre experiência e narrativa e, ainda, os limites entre testemunho, memória traumática e elaboração historiográfica. Ao produzir uma camada metadiscursiva que se encarrega de olhar “de fora” para a narrativa de Offred, Atwood convida o leitor a refletir sobre como histórias são organizadas, classificadas, autorizadas e preservadas, sempre dentro de um campo em que poder e linguagem se entrelaçam de modo incontornável.

Conclusão

A abertura deixada por Atwood em relação ao destino de *Offred* não constitui apenas uma escolha narrativa, mas opera como um gesto crítico central para as questões discutidas ao longo deste trabalho. O epílogo se encerra sem oferecer respostas definitivas sobre o que ocorreu com a protagonista: os próprios professores admitem desconhecer se ela foi capturada,

executada ou se conseguiu escapar. Essa suspensão, longe de ser um artifício gratuito, inscreve-se no cerne da crítica proposta pela obra. A incerteza, nesse caso, não aponta para uma falha do relato, mas para um problema estrutural da relação entre experiência, vestígio e escrita da história. Nem sempre aquilo que chega ao futuro permite recompor de maneira segura o passado, especialmente quando se trata de trajetórias marcadas pela violência, pelo apagamento e pela subalternização.

Nesse sentido, Atwood explicita um limite ético incontornável da escrita da história. Ao lidar com sujeitos cujas experiências foram interrompidas, silenciadas ou fragmentadas, o historiador se confronta com ausências que não podem ser plenamente preenchidas. A história de *Offred*, tal como nos é apresentada, não se perde apenas porque seus registros são escassos, mas porque sua voz chega mediada, reorganizada e julgada a partir de parâmetros que não lhe pertencem. O desaparecimento de *Offred* não é apenas individual; ele representa a perda de inúmeras vidas e narrativas que, ao longo do tempo, jamais foram consideradas dignas de preservação ou escuta.

Ao articular esses elementos, o romance e, sobretudo, seu epílogo configuram um terreno particularmente fértil para refletir sobre disputas de autoridade, hierarquias narrativas, critérios de seleção de fontes e processos de silenciamento. O gesto dos professores, ao reorganizarem as fitas e comentarem o material encontrado, revela que o problema não reside apenas na escassez documental, mas também nas formas pelas quais determinadas vozes são enquadradas, avaliadas e, por fim, legitimadas ou descartadas. O testemunho de *Offred* é constantemente medido por aquilo que supostamente lhe falta: informações mais objetivas, dados políticos, descrições institucionais. Sua experiência vivida, no entanto, parece insuficiente aos olhos de uma historiografia que privilegia certos tipos de registro em detrimento de outros.

Essa dinâmica evidencia como vozes marginalizadas, especialmente femininas, enfrentam obstáculos duplos. Primeiro, no próprio ato de produzir seus testemunhos, frequentemente atravessados pelo medo, pela vigilância e pela precariedade. Depois, no processo de reconhecimento institucional desses relatos, quando são submetidos a critérios que desconsideram as condições concretas de sua produção. O romance expõe, assim, não apenas a violência do regime de Gilead, mas também os mecanismos sutis por meio dos quais o conhecimento histórico pode reiterar exclusões, mesmo quando se propõe a recuperar o passado.

O Conto da Aia, portanto, ultrapassa os limites de uma narrativa distópica ao oferecer uma reflexão contundente sobre a construção do saber histórico. Ao colocar em cena historiadores que se apresentam como mediadores neutros, mas que exercem julgamentos morais e epistemológicos sobre suas fontes, Atwood questiona a própria ideia de objetividade desinteressada. A história que emerge no epílogo não é simplesmente aquela que foi possível registrar, mas aquela que foi considerada válida, inteligível e útil dentro de um determinado regime de saber.

Ao aproximar esse material das discussões da História Oral, da Teoria da História e da literatura de testemunho, torna-se evidente que Atwood não se limita a imaginar um futuro autoritário. Podemos interpretar que ela expõe, com precisão, os dispositivos que regulam a relação entre narrativa, experiência e poder. O testemunho de *Offred*, fragmentário e incompleto, revela que toda narrativa do passado é atravessada por escolhas, enquadramentos e exclusões. Ao mesmo tempo, evidencia que o silêncio não é ausência de história, mas resultado de relações desiguais de poder que determinam quem pode falar e quem será ouvido.

O gesto final do romance, entregar ao leitor um testemunho mediado, reorganizado por agentes distanciados da experiência narrada, explicita a dimensão política de toda escrita do passado. A mediação não é neutra: ela transforma, hierarquiza e, muitas vezes, desautoriza a voz original.

Em última instância, o epílogo de *O Conto da Aia* nos obriga a confrontar perguntas que extrapolam o universo da ficção: quem tem sido autorizado a contar a história? Quais experiências são consideradas dignas de memória? E quantas narrativas permanecem à margem não porque sejam irrelevantes, mas porque jamais encontraram quem lhes concedesse crédito, espaço e escuta? Ao colocar essas questões em primeiro plano, Atwood transforma sua distopia em um exercício crítico sobre o presente, revelando que os dilemas da escrita da história não pertencem apenas a um futuro imaginado, mas atravessam de maneira profunda as práticas historiográficas contemporâneas. Nesse sentido, a reflexão de Jablonka contribui para ampliar essa problemática ao enfatizar que o trabalho do historiador implica uma responsabilidade ética diante das vidas narradas, exigindo atenção às formas de escrita, às escolhas narrativas e às vozes que se decide tornar visíveis ou manter em silêncio (Jablonka, 2020, p. 250). Assim, o epílogo não apenas encerra a narrativa, mas recoloca a história como um campo de disputas, no qual escrever sobre o passado significa, também, posicionar-se frente às desigualdades que estruturam o acesso à memória e à palavra.

Referências

- Afiune, Pepita de Souza. *História versus Ciência Moderna: Um Debate Sobre Método e Verdade*. Revista Expedições, v. 9, n. 3, 2018.
- Atwood, Margaret. *O Conto da Aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.
- Cruikshank, Julie. **Tradição oral e história oral: revendo algumas questões** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 151- 152.
- Dornelles, Danielle Santos. *The Handmaid's Tale: distopia, ustopia, feminismo e tempo não-linear*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/253709>. Acesso em: 4 nov. 2025.
- Dornelles, Danielle Santos; Bonaldo, Rodrigo Bragio. *História e distopia: três abordagens teóricas (presentismo, atualismo e um futuro sem precedentes)*. Aedos, v. 13, n. 30, p. 21-41, jan.–jun., 2022.
- Hartog, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Jablonka, I. *As ficções de método*. In: Jablonka, I. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Ed. da UnB, 2020. p. 243-278.
- Koselleck, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuições Semânticas dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Parucker, Isabela Gomes. **“Vivíamos nas lacunas entre as histórias”: ficção, história e experiência feminina em The Handmaid's Tale, de Margaret Atwood**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- Seligmann-Silva, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- Oliveira, Maria da Glória de. *A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria*. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (In) Disciplinada*. Vitória: Milfontes, p. 53-71, 2019.